

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Lei Nº 781

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - PMDES E ADERIR AO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PROADEM, TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EZEQUIEL CECILIANO TEIXEIRA GARCIA, Prefeito Municipal de Angelina em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a criar o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social - PMDES, para proporcionar as condições de alavancagem de recursos para investimentos de responsabilidade do setor público e de interesse da iniciativa privada, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S. A. BADESC

§ único: O programa de que trata este artigo tem por objetivo a integração de esforços entre a Prefeitura Municipal de Angelina e o Governo do Estado de Santa Catarina, através do BADESC, para viabilizar a execução de obras e serviços, aquisição de máquinas e equipamentos, de interesse Municipal, priorizados pelos interesses de desenvolvimento do Município.

Art. 2º: Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - PROADEM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e com a interveniência do

Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC.

- Art. 3º: A adesão ao PROADEM proporcionará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de infra-estrutura econômica e sócia, serviços públicos, máquinas e equipamentos, para adequação institucional da Administração Municipal e interesse do Município na forma de seu regulamento.
- Art. 4º: Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento como órgão consultivo da Administração Municipal, formado por representantes de segmentos organizados da sociedade, garantida a paridade entre os setores privados e público e presidido pelo Prefeito Municipal.
- Art. 5º: Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimento em obras, serviços, máquinas e equipamentos, projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. BADESC, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM, até o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- § único: Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizada a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor dos financiamentos.
- Art. 6º: O Poder Executivo consignará nos Projetos de Leis orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.
- Art. 7º: Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 5º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 12% (doze por cento) ao ano, em forma de juros e atualização monetária pela Taxa Referencial - TR ou, em caso de sua extinção o indexador utilizado nos financiamentos de longo prazo.

Art. 8º: Pela adesão estabelecida no Artigo 2º, Fica o Poder Executivo autorizado a participar da indicação do representante das minorias acionarias ao Conselho de Administração do BADESC.

Art. 9º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Angelina, 19 de junho de 1998.

EZEQUIEL CECILIANO TEIXEIRA GARCIA
Prefeito Municipal em Exercício

